

Departamento de Estado

Expr.
23/4/88

acusa Renamo ^{p. 23}

O DEPARTAMENTO de Estado norte-americano divulgou um relatório, altamente crítico, sobre as acções da Renamo em Moçambique. O documento afirma que 872 mil moçambicanos foram forçados ao exílio e «100 mil civis podem ter sido assassinados» devido à brutalidade da Renamo. O relatório inclui uma horrenda lista dos tipos de crimes: pessoas mortas a tiro, à facada, com machados, baionetas, por espancamento, carbonização, asfixia, por afogamento ou à fome. Como resultado, cerca de mil refugiados — muitos dos quais nus e esfaimados — chegam, todos os dias, ao Malawi.

O documento, que se baseou em entrevistas a 200 sobreviventes na Tanzânia, Zimbabwe, África do Sul, Malawi e Moçambique foi escrito por um especialista que diz serem os relatos dos refugiados credíveis, uma vez que as descrições são detalhadas, espontâneas e consistentes e foram dadas sem a interferência de funcionários governamentais.

Phyllis Oakley, o porta-voz do Departamento de Estado, afirma que as descobertas são «horribéis e chocantes». Outros funcionários da Administração dos EUA acreditam que o relatório subestima a amplitude real do problema porque muitos dos refugiados só sabem contar até dez.

De qualquer modo, o documento servirá de instrumento contra conservadores, como o senador Jesse Helms, que defendem a ajuda aos que classificam de «combatentes da liberdade da Renamo». O relatório assinala também a continuação da aproximação entre Washington e Maputo, processo que deveria ser facilitado pelo facto de os refugiados apresentarem poucas queixas contra as tropas governamentais. «Isto prova que estávamos certos ao opor-nos a qualquer entendimento com a Renamo», disse um assistente do Congresso.

No entanto, o representante da Renamo em Washington, Luís Serapião, refutou o relatório que classificou de «politicamente motivado e intelectualmente desonesto». Serapião afirmou que os refugiados não diriam a verdade a um investigador norte-americano e salientou que a Renamo não poderia actuar sem o apoio do povo de Moçambique.